



O desafio e as perspectivas da Sociologia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

doi^{*} 10.47236/2594-7036.2025.v9.1471

Rodrigo de Souza Pain¹

Data de submissão: 29/11/2023. Data de aprovação: 3/4/2025. Data de publicação: 23/4/2025.

Resumo – O presente trabalho aponta para alguns dos desafios enfrentados pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) na consolidação da Sociologia como área relevante do conhecimento, seja no âmbito universitário ou escolar. Para isso, utilizaremos de algumas das poucas bibliografias sobre a temática, como também entrevistas com docentes e estudantes africanos. Nesses jovens países, a Universidade e a Sociologia são novas e carecem de institucionalidade. A falta de investimento por parte do Estado, a precária estrutura, a dificuldade de cooperação acadêmica e entraves linguísticos, dificultam ainda mais o processo. É importante buscar sinergia entre os países, com trocas de experiência e cooperação internacional - inclusive com o Brasil -, e também entre docentes e estudantes na luta pela disciplina.

Palavras-chave: Cooperação. Decolonialidade. PALOP. Sociologia. Universidade.

The Challenge and Perspectives of Sociology in Portuguese-speaking African Countries (PALOP)

Abstract – The present work addresses some of the challenges faced by the Portuguese-speaking African Countries (PALOP) in consolidating Sociology as a relevant field of knowledge, both at the university and school levels. To achieve this, we draw upon a few existing literature and interviews with African educators and students. In these emerging nations, higher education and Sociology remain relatively new and lack institutional support. The limited state investment, inadequate infrastructure, academic cooperation difficulties, and linguistic barriers further complicate the process. It is crucial to seek synergy among these countries through the exchange of experiences and international cooperation, including with Brazil. Strengthening the discipline also depends on cooperation between educators and students in a collective effort to enhance its academic presence.

Keywords: Cooperation. Decoloniality. PALOP (Portuguese-speaking African Countries). Sociology. University.

El desafío y las perspectivas de la Sociología en los Países Africanos de Lengua Oficial Portuguesa (PALOP)

Resumen – El presente trabajo señala algunos de los desafíos que enfrentan los Países Africanos de Lengua Oficial Portuguesa (PALOP) en la consolidación de la Sociología como un área relevante del conocimiento, tanto en el ámbito universitario como en el escolar. Para ello, se recurre a algunas de las escasas bibliografías existentes sobre la temática, así como a entrevistas con docentes y estudiantes africanos. En estos jóvenes países, tanto la universidad como la sociología son recientes y carecen de una institucionalidad. La falta de inversión estatal, la infraestructura precaria, las dificultades para la cooperación académica y las barreras lingüísticas dificultan aún más este proceso. Es fundamental promover sinergias entre los

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. rodrigo.pain@gmail.com 
<https://orcid.org/0000-0003-2223-5110>.  <http://lattes.cnpq.br/6156002633342205>.

países, mediante el intercambio de experiencias y la cooperación internacional —incluso con Brasil—, así como entre docentes y estudiantes en la lucha por la disciplina.

Palabras clave: Cooperación. Descolonialidad. PALOP. Sociología. Universidad.

Introdução

As Ciências Sociais na África têm desempenhado um papel crucial no entendimento e na análise das dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas presentes no continente. A rica diversidade étnica, linguística e cultural da África, aliada às complexidades históricas e contemporâneas, faz com que as Ciências Sociais desempenhem um papel vital na contextualização e interpretação das experiências africanas.

A história colonial desempenhou um papel significativo na configuração das sociedades africanas, influenciando profundamente as estruturas sociais e políticas. Nossa método foi a investigação científica com revisão bibliográfica e entrevistas (estruturadas e não estruturadas) com discentes e docentes dos PALOP.

A Sociologia é uma área do conhecimento que surge no final do século XX nos jovens Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O seu desenvolvimento passa, imperiosamente, buscando a cooperação com outros países. O Brasil, com língua e o passado em comum, deveria ser um ator privilegiado nessa cooperação, mas não é isso que se percebe.

Apesar do estágio dessa área estar em contextos diferentes entre os países, percebe-se problemas e desafios em comum. A experiência brasileira no campo da Sociologia, principalmente no que diz respeito à institucionalização, seja no contexto universitário ou escolar, pode servir de estímulo e impulso no desenvolvimento das Ciências Sociais nos PALOP.

O pensamento decolonial nos inspira na produção do artigo, pois critica a perspectiva da modernidade do conhecimento atrelada unicamente ao pensamento eurocêntrico ou estadunidense. Países latinos e africanos não são considerados interlocutores relevantes na construção do saber. O trabalho se insere no combate à monocultura do conhecimento, à explicação única da história, voltada ao conhecimento eurocêntrico. É necessário legitimar e dar voz a outros saberes.

Democratizar o conhecimento. Evitando o olhar único sobre uma história, pode criar estereótipos e prejudicar a dignidade dos povos que foram marginalizados ao longo do tempo. É dessa maneira que o pensamento decolonial busca derrubar a colonialidade do saber, que se mantém com o desprezo pelo conhecimento dos povos oprimidos e historicamente marginalizados no Brasil e na África. Está na “ecologia dos saberes”, para trazer o conceito do autor português Boaventura Sousa Santos, o diálogo entre os vários conhecimentos que podem ser considerados importantes para os avanços das lutas sociais. Assim, refere-se ao reconhecimento da infinita pluralidade dos saberes e da necessidade de sua valorização para a realização de ações verdadeiramente emancipatórias. Com isso, busca-se as epistemologias do Sul, que podem ser definidas como um conjunto de conhecimentos produzidos e validados com base “nas experiências de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição” (SANTOS, 2019, p. 17) causadas, entre outros fatores, pelo colonialismo.

Na primeira parte do trabalho, a ênfase será nas adversidades em desenvolver a Sociologia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Essa área do conhecimento é nova nesses países, e carece de maior institucionalidade. Questões como infraestrutura, financiamento, perseguições, colonialidade do saber, entre outros aspectos estarão presentes. Em seguida, a reflexão sobre a decolonialidade no contexto africano. Inspirados em intelectuais como Paulo Freire e Frantz Fanon, os autores decoloniais apontam a necessidade de se produzir conhecimento com o olhar da África e do africano, evitando assim, a continuação de uma

colonialidade que pensa o continente e sua gente com a visão colonialista eurocêntrica. E por fim, as perspectivas da Sociologia nos PALOP. Nesse último ponto do artigo, aponto resultados das investigações, com possíveis caminhos a seguir para o desenvolvimento dessa importante área do conhecimento.

Sociologia nos PALOP e suas adversidades

A Sociologia nos PALOP é subvalorizada e pouco financiada nos países. De acordo com a pesquisadora angolana Cesaltina Abreu, a maioria dos grupos e organizações da sociedade civil na África é dependente da comunidade internacional para efeitos de financiamento, e até da aprovação de seus programas de ação, acabando por incorporar acriticamente conceitos e práticas, sem a necessária reflexão quanto à sua adequação ao contexto no qual vão ser aplicados (2006, p.117). Segundo o sociólogo e Professor da Universidade Lusófona da Guiné, Diamantino Lopes (2020), o Estado ou Governo não investem no ensino superior e na investigação científica, e este campo é coberto pelos organismos internacionais, em função da necessidade de aprofundar conhecimento ou compreender um dado fenômeno. Como salienta o filósofo africano Paulin Hountondji (2008), os próprios cientistas sociais africanos tinham que perceber que eles fazem pesquisa orientada por interesses externos, com a intenção em primeiro lugar, em satisfazer os interesses do Norte.

A fragilidade da democracia e das instituições democráticas na África lusófona tem impacto também na vida dos sociólogos. São muitos os cientistas sociais que se sentem perseguidos pelo Estado, sociedade e família. Segundo Lopes (2023), na realidade da Guiné-Bissau, constata-se a perseguição quando a intervenção é baseada nas críticas sobre a má governação, corrupção ou nepotismo. Muitos cientistas sociais optam pelo silêncio (ou a autocensura) para evitar tais perseguições, visto os múltiplos riscos que correm, entre os quais ficar sem emprego e às vezes até o espancamento, como no caso do jornalista guineense António Aly Silva. Não só professores se sentem perseguidos ou têm suas liberdades censuradas, há relatos de estudantes que também quiseram tocar em determinados assuntos acadêmicos. Traz-nos o caso do então discente de Sociologia Paulo Estefane, da Universidade de Licungo, na Beira, que se sentiu coibido de trazer a temática de Montesquieu sobre a divisão dos poderes pela dificuldade que é trabalhar essa temática no contexto político de Moçambique, no qual essa divisão não é clara na prática (LEPECS, 2023).

As infraestruturas de investigação são precárias e necessitam de maiores investimentos. De acordo com a pesquisadora Maria Paula Meneses, as universidades dependem largamente de financiamentos internacionais para o seu funcionamento, e as universidades estatais competem em condições desiguais com universidades privadas locais e internacionais, assim condição periférica das universidades públicas africanas permanece uma realidade (Meneses, 2016). Carlos Cardoso, pesquisador do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), com sede em Dakar, concorda com Meneses e salienta que tais instituições de nível superior apresentam qualidade duvidosa, inclusive com a falta de motivação dos docentes (Cardoso, 2017). Avança o investigador indicando que é reduzida a participação dos pesquisadores africanos lusófonos nas atividades do CODESRIA, nomeadamente naquelas destinadas aos discentes de pós-graduação. Isso reflete o fraco desenvolvimento do sistema do Ensino Superior em geral, bem como o das instituições de pesquisa em Ciências Sociais. A comunidade lusófona nos programas do CODESRIA é de pouca expressão (Cardoso, 2017).

O impacto das políticas neoliberais a partir dos anos 1990 também contribuiu no enfraquecimento do Ensino Superior nos PALOP. O corte de custos na educação afetou a qualidade do ensino e pesquisa, e também nos currículos. Segundo a Professora e Pesquisadora Teresa Cruz e Silva, em Moçambique, tal como em outras universidades africanas, as reformas curriculares ocorridas nas universidades públicas no final da primeira década de 2000

impuseram e “venderam” o Processo de Bolonha como um meio incontornável para fazer face às exigências de integração nos processos mais globais dos sistemas de educação. Estas reformas foram, entretanto, marcadas por uma marginalização dos agentes sociais locais, onde a consulta pública foi insignificante. O desafio da autonomia acadêmica é colocado à prova quando as políticas neoliberais, voltadas para o mercado, entram em cena na educação.

As produções acadêmicas africanas não são absorvidas pelos governos, e grande parte são produzidas em revistas ocidentais. Fuga de cérebros é também uma realidade africana. Segundo Lopes (2020), em entrevista, o impacto é devastador, pois a Guiné-Bissau tem pessoas formadas em diversos setores de atividades espalhadas pelo mundo, sem poder dar seu contributo para ajudar no processo de desenvolvimento. Sempre se comenta, segundo o professor, nos fóruns acadêmicos, mas não se constata uma preocupação dos dirigentes políticos.

Pensar a África com olhar do Ocidente é um grande equívoco. Os conceitos trazidos são produzidos no Ocidente. É a colonialidade do saber que se pretende combater. É fundamental ter as Ciências Sociais sobre a África produzida por africanos.

A institucionalização da Sociologia nos PALOP parece ser um grande desafio. De acordo com o Professor Adérito Manuel, do ISCED, a Sociologia em Angola passou de uma disciplina ignorada e proibida após a independência, para ser admitida e promovida. A partir de 1991/1992 (Segunda República) a Sociologia começa a ser reconhecida em Angola pelo Estado democrático, pela proclamação da Associação Angolana de Antropólogos e Sociólogos (COSTA, 1997, p. 94-96), por publicação de obras de investigação dos sociólogos e outros cientistas sociais no espaço público, por se tornar uma das disciplinas de cursos do ensino secundário, pela sua institucionalização universitária como disciplina, licenciatura, mestrado e uma especialidade no doutorado de Ciências Sociais e pela participação de Sociólogos em eventos científicos (nacionais e internacionais) (Cajibanga, 2009, p.197-201).

Por outro lado, se o nascimento da Sociologia no país passava a se tornar realidade, as dificuldades também foram surgindo. Adérito Manuel (2022) fala das dificuldades de acesso às obras por parte dos docentes, incluindo as obras didáticas. A produção sobre o Ensino de Sociologia nas escolas e universidades angolanas é escassa, sendo muito difícil a produção deste material e com custo altíssimo. As poucas revistas acadêmicas que surgiram, como a Revista Angolana de Sociologia, tiveram vida curta e durarão de 2008 a 2014. O professor reconhece que falta organizar melhor a Sociologia no país, inclusive na busca por cooperação com outros países. Segundo Orlet (2022), da Universidade de Cabo Verde, em entrevista, a produção de material de Ensino de Sociologia no país também é dependente de manuais vindos do exterior.

Além da falta de regularidade na produção de revistas acadêmicas de Sociologia nos países lusófonos africanos, Cardoso (2017, p.102) aponta que muitos estudos permanecem monográficos ou etnográficos. Outros são repletos de dados empíricos e muitas vezes de números, sem uma relação inteligível entre uns e outros ou sem uma leitura adequada entre os dados. O investigador salienta que falta muitas vezes um quadro teórico que fundamente a análise. São necessários o reforço e a criação de mais cursos de pós-graduação e que se aperfeiçoe os métodos de análise e o embasamento teórico como instrumento de pesquisa e transformação social. A escassez de atividades científicas no campo das Ciências Sociais nos PALOP deve ser fonte de preocupação.

De acordo com o Professor angolano Felipe Moraes, as associações científicas jogam importância capital no desenvolvimento da ciência. O autor apela para um maior esforço da parte dos fazedores da Sociologia angolana a assumirem a responsabilidade de criação do *ethos* da ciência (Moraes, 2023). Nesse sentido, é indispensável a presença ativa dos discentes na construção dessa institucionalidade. É assim que pensa a Comunidade dos Estudantes de Sociologia de Angola (COESO). Segundo Arnaldo (2023), atual Presidente da instituição, em entrevista, a COESO busca o fortalecimento das Ciências Sociais, em especial da Sociologia,

sem esquecer a interdisciplinaridade e complementaridade das Ciências Sociais através de diversas atividades e pesquisas científicas.

É importante encorajar os estudantes a criarem suas comunidades de Sociologia em seus países, e quiçá, em atitude ousada criar a Comunidade de Estudantes da Lusofonia, com o firme propósito de cooperação entre os países no campo acadêmico. Certamente terá reflexo na busca pela institucionalização da área nas diversas realidades. Uma pauta fundamental é a efetivação da Sociologia escolar como disciplina obrigatória no Ensino Secundário nos países. Ela está presente, e é oferecida em Angola em todas as áreas do Ensino Secundário como optativa. Em Cabo Verde é oferecida na área de Humanidades, no décimo segundo ano de escolaridade. Em Guiné Bissau a Sociologia surge na área das Ciências Sociais e Humanas também no décimo segundo ano. Já em Moçambique, a Sociologia não é oferecida nas escolas do país. Em São Tomé e Príncipe, a Sociologia está presente nos últimos três anos do Ensino Secundário. Deve-se acreditar que, com o exemplo brasileiro, fortalecer a Sociologia escolar é um passo importante para o fortalecimento da área do conhecimento no ensino universitário.

Reflete também como desafio, em grande medida, a presença da “biblioteca colonial”, termo trazido por (Mudimbe ,1988). Segundo o filósofo congolês, a maioria dos trabalhos realizados sobre a África refletem referenciais eurocêntricos, narrativas sobre o continente cujas raízes se desenvolveram durante o período colonial. São estes saberes que ainda constituem o núcleo duro do saber depositado nas bibliotecas e ensinado nas universidades do mundo sobre os africanos e África. Ainda de acordo com Mudimbe (1998, p.208), estas obras e as representações que contêm contribuíram para “inventar” África como um espaço de diferença e inferioridade. É necessário que se cresça a “biblioteca africana”, com autores e autoras africanas a refletir sobre o continente e sua diversidade.

A pensadora negra estadunidense Bell Hooks, em seu livro, *Ensinando a transgredir*, defende que a educação como prática libertadora é aquela que se propõe a conhecer o que está “além das fronteiras do aceitável”, criando novas visões. Para tanto, uma proposta epistemológica que critica o pensamento hegemônico e sua pretensa universalidade, tal qual a decolonial e sua imensa variedade interna, se coloca como um ponto de partida fundamental na tentativa de criação de uma educação que aumenta a capacidade de ser livre (Hooks 2019, p.13). Desta maneira, nestas breves palavras, o artigo procurou refletir sobre importantes desafios, e alguns caminhos que existem para consolidar a Sociologia como área do conhecimento relevante entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Pensar a decolonialidade no contexto africano

Refletir sobre a atuação do professor e pesquisador, tanto no ambiente escolar, como no âmbito universitário, é uma tarefa importante para qualquer docente que busque aperfeiçoar sua atividade laborativa. Pensar constantemente sobre sua prática, procurar atualizar-se é fundamental em seu compromisso pedagógico, inclusive questionando os conteúdos ministrados e os currículos, que são decisões políticas carregadas de ideologias.

Desta maneira questionamos qual é o interesse em desconstruir os currículos clássicos? É considerável deixar claro que sabemos a importância da dimensão política no campo da educação, portanto currículos representam arenas políticas em disputa no que diz respeito à construção dos conteúdos. Em outras palavras, a seleção dos assuntos e seus argumentos são objetos ideológicos relevantes. Assim, é fácil perceber que o conhecimento produzido fora do contexto europeu/occidental nunca foi valorizado no Brasil tampouco nos países africanos.

Mesmo com as independências africanas e dos inúmeros debates intelectuais, uma perspectiva colonial continua a dominar a política do Norte global em relação ao continente africano. Meneses (2016) afirma que uma leitura detalhada desse processo permite ver que as políticas imperiais foram, essencialmente, reformuladas, mantendo-se na essência a concepção hegemônica do Norte sobre o Sul.

Seguindo essa linha de raciocínio, o pensamento decolonial, que questiona o padrão de poder colonial eurocêntrico e que busca construir um conhecimento que valorize as experiências de povos subalternizados, nos ajuda a entender que os currículos são produtos de um contexto histórico, com diferentes tempos e espaços e são produzidos muitas vezes de forma desobediente (saberes, diálogos, emoções, por exemplo). Se nossa identidade traz memória não só individual, como também coletiva, podemos entender que grupos subordinados como africanos, latinos e os povos originários ainda são vistos como bárbaros. Ou seja, não modernos. A visão colonial persiste em forma de conteúdo, currículos, e nas práticas educacionais no cotidiano educacional. É a visão da colonialidade do saber.

Em sua obra, “Cartas à Guiné-Bissau”, Paulo Freire relata experiências de suas visitas aquele país africano com o propósito de alfabetização da população local sem a perspectiva da educação colonialista, “(...)porque a Guiné-Bissau não parte do zero, mas de suas fontes culturais e históricas, de algo de bem seu, da alma mesma de seu povo, que a violência colonialista não pode matar” (Freire, 1978, p.10). O próprio autor também salienta que, “(...) a educação colonial herdada, de que um dos principais objetivos era a ‘desafricanização’ dos nacionais, discriminadora,mediocremente verbalista...”. Freire identificou nas lutas de libertação a emancipação política, e também cultural do povo guineense. Assim, buscou a superação do passado recente opressor, olhando para a própria realidade, múltipla e complexa da população daquele país africano. O silenciamento das memórias é consequência do colonialismo, o que o autor pretendia combater.

Desta maneira, é necessário ter contra narrativas. Buscar o equilíbrio do conhecimento, e legitimar outros conhecimentos. A educação tem que combater o preconceito de qualquer espécie, e como ela pode trabalhar essa desconstrução se muitas vezes ela se torna legitimadora dos currículos tradicionais? A tradição no caso é muitas vezes folclorizada nos livros.

Algumas políticas públicas no Brasil surgiram e foram importantes nessa tentativa de desconstrução. A Lei de História da África nas escolas trouxe elementos importantes para o ambiente escolar, principalmente em termos de material didático, mas foi insuficiente e pouco mudou a realidade nas instituições. Outro exemplo, é a educação afrocentrada que é um enfoque educacional que coloca a cultura africana e a experiência afrodescendente no centro do processo de aprendizagem. Esse paradigma educacional busca incorporar e valorizar os conhecimentos, a história, as tradições e as perspectivas das comunidades africanas e afrodescendentes.

É necessário buscarmos outros saberes. É fundamental não hierarquizar a inteligência. Os conhecimentos tradicionais, vistos como senso comum, traduzem a visão eurocêntrica, ainda fortemente persistente no ambiente educacional brasileiro e africano.

Democratizar o conhecimento. Desconstruir a educação. É dessa maneira que o pensamento decolonial busca derrubar a colonialidade, que se mantém com o desprezo pelo conhecimento dos povos oprimidos e historicamente marginalizados no Brasil e em África.

É o racismo epistemológico que deve se atacar. O conhecimento não-europeu não deve ser inferiorizado. Está na “ecologia dos saberes”, para trazer o conceito do autor português Boaventura Sousa Santos, o diálogo entre os vários conhecimentos que podem ser considerados importantes para os avanços das lutas sociais. Desta maneira, vamos combater a hegemonia monocultural, de padrão único, androcêntrica (cultura masculina predomina) e ligado à branquitude. As vozes subalternizadas precisam ser reconhecidas no cotidiano, em especial, no dia a dia da educação. Isso porque percebemos facilmente traços da colonialidade no ambiente escolar ou universitário. As epistemologias do Sul são um conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão das inúmeras formas de saber e conhecer próprias dos povos e nações que foram submetidas ao processo de colonização (Santos, 2021; Meneses, 2016).

Dessa forma assistimos uma espécie de genocídio cultural que silencia vozes, narrativas, culturas e conhecimentos. É a ideia da epistemologia do Norte, a reprodução do saber dos

vencedores, seja na escola ou na universidade. É a leitura eurocêntrica da produção do conhecimento. Segundo Zulma Palermo:

Optar por una posición decolonial que ejerce resistência ante ese estado de situación, implica localizarse em um lugar de indidable lucha intelectual y significa también la imprescindible necesidad de debatir com otras maneras de concebir la resistência a la dominación por el poder(...) (Palermo, 2010, p.50).

Entende-se que, para transformar a realidade, aconselha Mignolo (2008), é necessária uma “desobediência epistêmica”, que questione padrões hegemônicos de produção de conhecimentos, tornados dominantes por marginalizar, silenciar e deslegitimar saberes diversos, como de intelectuais africanos e latinos.

Existem resistências que devem ser valorizadas, como exemplos a educação antirracista, afrocentrada e as políticas de cotas de ação afirmativa no Brasil, a teoria da decolonialidade que nasceu nos países latinos e os ativistas sociais que estão a crescer nos PALOP. Desta maneira, buscamos essa brecha decolonial, uma fissura no sistema que permite trabalhar com outros saberes. É na luta que se produz o conhecimento dos vencidos.

Considerações finais

Perspectivas da Sociologia nos PALOP

Diante do exposto, apesar dos avanços, as Ciências Sociais na África enfrentam desafios significativos, incluindo a falta de financiamento adequado, a infraestrutura limitada e a necessidade de fortalecer as capacidades locais de pesquisa e ensino. Superar esses obstáculos é fundamental para promover uma pesquisa robusta e relevante, que possa informar políticas e práticas para o desenvolvimento sustentável e a justiça social em todo o continente africano.

Para o desenvolvimento dessa importante área do conhecimento, é fundamental a maior cooperação entre os países através de congressos, workshops e outros eventos acadêmicos. O Congresso Luso-Afro-Brasileiro é uma importante iniciativa, mas ainda é incapaz de agregar um número significativo de cientistas sociais. É fundamental o investimento institucional em investigação nas humanidades. É insuficiente o número de encontros entre sociólogos nos PALOP. É fundamental a troca de conhecimento com o maior número de eventos universitários, certamente isso fará com que aumente o número de projetos e produtos acadêmicos entre os países.

Nesse contexto, também se torna importante buscar maior apoio do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA) e fortalecer a experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

A experiência brasileira na obrigatoriedade da Sociologia enquanto disciplina curricular do Ensino Secundário, pode servir como importante suporte para o incremento dessa área do conhecimento nos PALOP. A partir da obrigatoriedade, ampliou-se o número de vagas de trabalho para docentes, produção de material, congressos e outras atividades acadêmicas. A Sociologia se fortaleceu, inclusive no âmbito universitário. A maior institucionalização da Sociologia na África Lusófona, passa também, pela ampliação dessa área no Ensino Secundário.

Os estudantes têm papel fundamental no fortalecimento das Ciências Sociais nos PALOP. As experiências da Comunidade dos Estudantes de Sociologia de Angola (COESO) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro do Ensino de Sociologia (NEABES/UERJ) mostram o quanto importante é lutar em conjunto. Buscar maior aproximação dos estudantes no contexto dos países da lusofonia é fundamental e certamente terá impacto positivo na qualidade dos cursos.

Pode-se afirmar, seguramente, que existe uma demanda crescente por pesquisas interdisciplinares que abordam questões complexas, como pobreza, desigualdade, governança,

desenvolvimento sustentável e justiça social. Com um investimento contínuo em educação, pesquisa e desenvolvimento institucional, é possível que esses países possam fortalecer sua capacidade de produzir conhecimento relevante e soluções inovadoras para os problemas locais e globais.

A cooperação entre os países de língua portuguesa também pode desempenhar um papel crucial na promoção do intercâmbio acadêmico e no avanço das Ciências Sociais na região. A troca de experiências, oferecimento de oficinas, workshops, inclusive com a permuta de materiais e produtos acadêmicos faz parte da cooperação. É fundamental que se evite a fuga de cérebros, prezando pela valorização da formação de quadros.

A ampliação da participação da sociedade civil é fundamental na busca pelo aperfeiçoamento da democracia e na formulação de políticas públicas na educação. Os sociólogos africanos têm muito o que contribuir. Nesse ponto, faz-se necessário ampliar as liberdades.

É importante também a valorização e preservação das línguas nacionais. Inclusive com a perspectiva da tradição oral que continua a ser uma parte significativa da herança cultural em muitas comunidades africanas, destacando a diversidade e a riqueza das formas de comunicação e transmissão de conhecimento, inclusive no campo da educação, no continente.

A possibilidade de aprender em idiomas locais/nacionais é o mais importante passo dado na educação para desmarginalizar e desmistificar os saberes locais (Meneses, 2016). Apesar do português ser a língua do colonizador, não se deve desprezá-la por seu alcance global e por suas diversas potencialidades.

A Sociologia desempenha um papel fundamental na África, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, desafios e potenciais soluções para promover o desenvolvimento sustentável e a coesão social. Porém, é necessário esforço para buscar maior colocação dessa área do conhecimento nos currículos das escolas e universidades. O Artigo procurou encorajar sociólogos dos PALOP nesta importante empreitada.

Referências

- ABREU, C. C. B. de. **Sociedade civil em Angola:** da realidade à utopia. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2006.
- ARNALDO, A. **Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Pain.** Luanda, 20 jun. 2023.
- CARDOSO, C. **Desenclavar as Ciências Sociais na África lusófona: iniciativa especial do CODESRIA. Revista de Antropologia.** Universidade de São Paulo, v.60, n.3, São Paulo, 2017.
- COSTA, L. M. A Sociologia em Angola: posições e proposições. Ngola - **Revista de Estudos Sociais**, Luanda, v.1, n.1, 1997.
- FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir.** São Paulo: WMF Martins Fontes 2019.
- HOUNTONDJI, P. J. **Knowledge of Africa, Knowledge by Africans:** Two Perspectives on African Studies. RCCS Annual Review, 2008.
- KAJIBANGA, V. Sociologia em Angola: paradigmas clássicos e tendências actuais. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, n.4, dez. 2009.

LEPECS (Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais/UERJ). **Seminário Internacional - Movimento Estudantil em Angola, Brasil e Moçambique**. Disponível em: YouTube, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 08 nov. 2023.

LOPES, D. D. **Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Pain**. Bissau, 02 jun. 2023.

MANUEL, A. **Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Pain**, Luanda, 06 dez. 2022.

MENESES, M. P. As ciências sociais no contexto do Ensino Superior em Moçambique: dilemas e possibilidades de descolonização. **Perspectiva**, Florianópolis, v.34, n.2, maio/ago, 2016.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidades em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MORAIS, F. C. Para um funcionamento da sociedade sociológica angolana: rumo a promoção e desenvolvimento da ciência. In: PAIN, R. de S. (org.) **Sociologia e Educação. Múltiplos olhares do Ensino no Brasil e em Angola**. Editora Ioles, Boa Vista, 2023.

MUDIMBE, V. **The invention of Africa: gnosis, philosophy and the order of knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

ORLET, A. **Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Pain**. Praia, 10 dez. 2022.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SILVA, T. C. Liberdade acadêmica e Ensino Superior em Moçambique. **Revista Tensões Mundiais**, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

Informações Complementares

Descrição		Declaração
Financiamento		Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Aprovação ética		Não se aplica.
Conflito de interesses		Não há.
CrediT	Rodrigo de Souza Pain	Funções: conceitualização, análise formal, metodologia e escrita – rascunho original.

Avaliadores: José Elias Domingos Costa Marques*. O avaliador “B” optou por ficar em anonimato.

Revisora do texto em português: Poliana Alves Brito.

Revisora do texto em inglês: Poliana Alves Brito.

Revisora do texto em espanhol: Graziani França Claudino de Anicézio.

* Autorizou somente a divulgação da identidade como avaliador no trabalho publicado.